


Trajetória das políticas públicas por uma Educação do Campo: breve histórico dos avanços na Amazônia Paraense

 Leandro Ferreira Silva ¹,  Ramofly Bicalho ²

¹ Instituto do Federal do Pará - IFPA. Av. Couto Magalhães, nº 1649, Setor Universitário, Conceição do Araguaia – PA. Brasil.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ.

Autor para correspondência/Author for correspondence: ramofly@gmail.com

RESUMO. O objetivo deste artigo consiste em caracterizar a trajetória das políticas públicas por uma Educação do Campo no Brasil e na Amazônia Paraense relacionando com a história política do país. O texto destaca os momentos importantes que culminaram com as lutas dos movimentos sociais por uma Educação do Campo, transitando desde o ruralismo pedagógico do Estado Novo, da Segunda República, da Ditadura Civil-Militar, passando pela Redemocratização, até as primeiras ações que reivindicavam uma educação específica com as populações do campo. Nessa pesquisa bibliográfica, recorreremos aos autores Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Mônica Molina e Salomão Hage, que nos ajudam a fazer algumas inferências a partir desse retrato histórico, aprofundando os debates acerca da luta pela terra e a educação do campo. Esperamos que este resgate histórico nos inspire para o fortalecimento das políticas públicas que considerem o direito dos sujeitos, individuais e coletivos, que residem e estudam no campo.

Palavras-chave: educação do campo, políticas públicas, amazônia paraense.

The trajectory of public policies for rural education: a brief history of advancements in the Amazon region of Pará

ABSTRACT. The objective of this article is to characterize the trajectory of public policies for Rural Education in Brazil and in the Amazon region of Pará, relating them to the country's political history. The text highlights the important moments that culminated in the struggles of social movements for Rural Education, ranging from the pedagogical ruralism of the Estado Novo, the Second Republic, the Civil-Military Dictatorship, and the Redemocratization, to the first actions that demanded specific education for rural populations. In this bibliographical research, we used the authors Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Mônica Molina, and Salomão Hage, who helped us make some inferences based on this historical portrait, deepening the debates about the struggle for land and rural education. We hope that this historical review will inspire us to strengthen public policies that consider the rights of individuals and groups who live and study in the countryside.

Keywords: rural education, public policy, amazon paraense.

La trayectoria de las políticas públicas de educación rural: una breve historia de los avances en la región amazónica de Pará

RESUMEN. El objetivo de este artículo es caracterizar la trayectoria de las políticas públicas de Educación Rural en Brasil y en la Amazonia paraense en relación a la historia política del país. El texto destaca los momentos importantes que culminaron en las luchas de los movimientos sociales por la Educación Rural, desde el ruralismo pedagógico del Estado Novo, la Segunda República, la Dictadura Cívico-Militar, pasando por la Redemocratización, hasta las primeras acciones que exigieron una educación específica. con poblaciones rurales. En esta investigación bibliográfica, recurrimos a los autores Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Mônica Molina y Salomão Hage, quienes nos ayudan a hacer algunas inferencias a partir de este retrato histórico, profundizando los debates sobre la lucha por la tierra y la educación rural. Esperamos que este rescate histórico nos inspire a fortalecer políticas públicas que consideren los derechos de las personas y grupos que viven y estudian en el campo.

Palabras clave: educación rural, políticas públicas, amazonia de Pará.

Introdução

Considerando a concepção de escola inclusiva que no seu arcabouço traz a ideia da pluralidade das culturas e a complexidade das relações humanas envolvidas, é necessário pensar que a escola não deve ser única, limitada e/ou padronizada. O Brasil é um país rico na sua diversidade cultural, social, geográfica, étnica, econômica, religiosa entre outras, o que reflete no extrato da parcela dos estudantes que temos nas nossas escolas.

Dentro desse contexto multicultural, rico e complexo, este capítulo procura dialogar mais especificamente sobre a trajetória das Políticas públicas por uma Educação do Campo revelando no seu cenário a questão agrária. A realidade educacional no campo é fruto de toda uma trajetória de luta pela terra. Essa relação com a terra é característica permanente do homem do campo, além de ser seu habitat, é seu principal meio de subsistência.

Nesse sentido, dialogar sobre a Educação do Campo é trazer para o centro do debate a questão agrária, que se materializa na luta pela terra. Quando nos referimos a Educação do Campo fazemos referência às populações que vivem no campo, quais sejam os assentados, comunidades indígenas, quilombolas, seringueiros, colonos entre outros. São cidadãos que desejam ter o direito à vida digna, com saúde, escola, moradia, transporte, trabalho, e não podemos discutir sobre isso se não falarmos da luta pela posse da terra.

As populações do campo geralmente vivem à margem das Políticas públicas de Estado, principalmente na área da educação. A ineficiência ou ausência destas ações retrata o impedimento do homem do campo a viver com dignidade e participar da vida social. No tocante a Educação do Campo, a marca principal de identificação desses sujeitos é a luta pela terra compreendida pela relação do homem do campo com a natureza e a compreensão que a educação pode promover o desenvolvimento social.

A Educação do Campo, reivindica nas últimas décadas, através dos movimentos sociais e das amplas discussões no âmbito do ensino, propondo uma educação específica para as populações do campo, que de acordo com a o art. 28 da LDB 9394/96 (Brasil, 2001a), promova as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, de forma que os conteúdos curriculares e as metodologias atendam às reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural (Caldart, 2010).

Geralmente o meio rural é retratado como um lugar atrasado, sem perspectiva de crescimento ou de melhorias, distante dos centros econômicos. Historicamente, o campo sempre foi considerado um lugar inferior. Segundo Arroyo (2004, p. 17) “em consequência, o

rural está sempre referindo a cidade como a sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente”. As populações do campo sempre ficaram às margens da Políticas públicas em relação ao meio urbano.

Na busca pelo reconhecimento da sua cultura e identidade, os sujeitos do campo lutaram intensamente para romper com esse paradigma, sobretudo na luta pela igualdade de seus direitos. A história, identidade e cultura da Educação do Campo assumem sua posição no cenário da educação no momento em que são discutidas pelos movimentos sociais as Políticas Públicas para o fortalecimento dos sujeitos do campo. Apesar da luta pela apropriação e uso da terra, autores como Miguel Arroyo, Roseli Caldart e Mônica Molina destacam o silenciamento nas produções acadêmicas que retratam o meio rural nas pesquisas sociais e educacionais.

Neste sentido, a seguir serão apresentados alguns marcos históricos e políticos na luta pela terra, pela vida e pela Educação do Campo no Brasil e na Amazônia Paraense. Ao refletir sobre os ataques que o homem do campo enfrenta na luta pela terra, Adorno afirma que desbarbarizar é necessário e urgente, pois a barbárie ainda impera no mundo contemporâneo com o avançando desenvolvimento tecnológico e científico, os indivíduos não evoluíram estando num estado atrasado a sua própria civilização. É importante conhecer e debater a história da Educação do Campo como forma de nos humanizar e emancipar enquanto sujeitos.

Evidencia-se o tipo de sociedade que vivemos, caracterizada por uma sociedade organizada sob a forma de capital traduzindo-se na contradição entre o domínio do capital e o trabalho. A luta pela terra tem suas raízes no marxismo, de inspiração socialista, engajada como um processo de luta pela superação da sociedade capitalista, luta pelo socialismo como uma sociedade de transição ao comunismo. Entendemos que o Marxismo como uma teoria de posicionamento não apenas contrário ao capital, puramente negativa, mais uma teoria afirmativa, de proposição de um processo de luta de superação do capitalismo, que significa alcançar as melhores possibilidades criadas pela prática social e humana.

Para caracterização desse resgate histórico, foi realizado um aprofundamento dos referenciais teóricos, com revisão de literatura que, segundo Rauen (2006), é condição básica para qualquer trabalho, uma vez que o pesquisador precisa se inteirar de dados do acervo humano para balizar seus esforços. A revisão de literatura serve para conhecer sobre uma determinada área de conhecimento, nos inteirar sobre o assunto que pretendemos pesquisar. A revisão de literatura abordou temática da Educação do Campo no Brasil e na Amazônia

Paraense na visão de autores que consideram a luta dos movimentos sociais, que nos proporcionou suporte para a pesquisa.

Breve histórico das políticas públicas de Educação do Campo

A história é vital para compreensão do presente, pois os fatos que marcaram as gerações e épocas nos revelam que as grandes conquistas sociais foram conseguidas através de lutas. No âmbito da educação não é diferente, ela foi construída por personagens com ideologias e pensamentos próprios de sua geração. Estas características estão presentes na trajetória de lutas por uma Educação do Campo.

Ao abordar a história da educação para a população do campo, a literatura nos revela que ela estava intrinsecamente ligada às demandas agrícolas de cada época. Calazans (1993) aponta que o ensino regular em áreas rurais teve seu início no fim do segundo império e foi implantado na primeira metade do século XX. Esse interesse para a educação rural estava centrado na idéia de conter o movimento migratório e fixar o homem no campo.

Nesse momento surge o Ruralismo Pedagógico que tinha como objetivos promover a fixação do homem no campo e evitar o aumento de conflitos e problemas sociais com o inchaço nas áreas urbanas. Compreende-se que nesse momento a política estava centrada em manter a mão de obra no meio rural. Segundo Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos sócios-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade.

Durante o Estado Novo (1930-1945), surgiram novas ideias no âmbito educacional com a chegada do Movimento dos Pioneiros da Educação Novaⁱ, que influenciaram ativamente na Constituição de 1934. Neste novo documento o financiamento da educação rural estava assegurado. A crítica centrada nessa política de assegurar o homem no campo através de escolas para os filhos dos agricultores não estava preocupada em assegurar uma educação que levasse em conta a realidade do campo, assim desvinculados do contexto onde estava inserido.

Nas décadas de 1940 e 1950, o número de analfabetos no país era alarmantes, Leite (1999) retrata que nesse momento surgiram associações, campanhas e movimentos que

tinham como objetivo combater a carência, a pobreza e ignorância dos grupos mais pobres que faziam parte da sociedade rural. A visão era de que estas pessoas eram muito pobres e necessitavam ser atendidas e assistidas pelo poder público. Apesar dessas ações de cunho social, o êxodo rural persistia aumentando.

Como forma de combater esse fluxo migratório com o aumento do crescimento urbano e, conseqüentemente, o crescimento das favelas, seguiu-se na política de novas escolas e projetos educacionais voltados para o campo. Ressalta-se mais uma vez, uma educação voltada para combater os problemas encontrados pelo Estado como forma de remediar a crise migratória. Otávio Ianni, no livro *a luta pela terra* (1978, p. 265) pergunta: “Como adaptar-se o colono, migrante, o caboclo, subitamente a uma civilização tão complexa?”

... com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art.105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais.” (Educação do Campo, 2007, p. 11).

Nesse contexto, Leite (1999) ressalta que em, 1960, uma grande crise se instala no campo devido à queda na produção agrícola e o crescente êxodo rural. As dificuldades que o homem do campo encontrava com a ausência de saúde, de educação, de moradias dignas, potencializaram o inchaço nos grandes centros urbanos causando o aumento da população nas periferias e conseqüentemente o empobrecimento dos povos que habitavam no campo.

Com o abandono das áreas rurais para o meio urbano, nas décadas seguintes, 1970 e 1980 o meio rural enfrenta o fechamento de várias escolas do campo, devido a diminuição do número de estudantes. Durante esse período de ditadura civil-militar, o ensino técnico ganhou forte repercussão ao direcionar uma educação para a inserção do mercado de trabalho, sendo ofertada ao homem do campo uma capacitação técnica para a produção agrícola moderna. De acordo com Souza e Marcoccia (2011, p. 193):

Escolas públicas rurais ... foram fechadas sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para manutenção das turmas e classes escolares. Por sua vez a década de 1980 foi marcada pelo processo de nucleação ou consolidação das escolas rurais. Ou seja, escolas isoladas e unidocentes foram desativadas e núcleo rurais foram selecionados para sediar a instituição escolar ...

Com a intensificação de pessoas do campo migrando para as áreas urbanas, o analfabetismo começou a incomodar. Fernandes (2001b, p.944) destaca que o “interesse pela educação rural é produto dos movimentos de industrialização e urbanização do país; ou então, que passa a ser importante alfabetizar e escolarizar o campo, porque a cidade o exige!”. A educação rural no nosso país foi concebida com a finalidade de alfabetizar as pessoas do campo para a mão de obra.

Nessa caminhada da história da educação em contextos rurais, observamos que esta nunca foi prioridade do poder público, sendo relegada e marcada pelo abandono. Para Santos, Paludo e Bastos (2010), contrapondo-se a esse modelo de educação rural levantou-se a Educação do Campo. Consequentemente, os movimentos sociais foram importantes para a construção de uma Educação do Campo que estivesse ligado à história da luta pela terra, pela vida e pela educação das pessoas que residiam no campo.

Partimos do princípio de defesa de que o desenvolvimento do campo está intrinsicamente vinculado à educação que se direciona ao mesmo, dentro de uma perspectiva que identifica, as comunidades camponesas como o local onde o encontro entre o que é rural e o que é urbano “se manifestam no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana (Brasil, 2008, p. 19).

A atuação dos movimentos sociais camponeses foi essencial para uma proposta de educação que atendesse aos anseios das populações do campo. Molina (2003) destaca a presença do MST nessa construção, ao afirmar que em 1987 o movimento estruturou a área da educação que luta por uma educação em acampamentos e assentamentos e, consequentemente, assume uma teoria pedagógica que considere a realidade do homem no campo (Bicalho, 2017). A legítima luta dos movimentos sociais para a conquista de direitos que, historicamente foram negados, surge nos dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº. 9394/96 (Brasil, 1996), que apresenta no seu artigo 28 orientações para escolas do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

Destacamos esse documento como um marco importante para a Educação do Campo, ao descrever as especificidades de um ensino que tenha no seu bojo o respeito aos conteúdos curriculares, as metodologias entendidas como apropriadas ao homem do campo, organização do calendário de acordo com a realidade de cada lugar.

Nesse movimento de impulso das forças camponesas em articulação da luta pela terra e pela educação, o final da década de 1990 foi marcada pelo debate da Educação do Campo, com organização de encontros e conferências, tendo o MST como protagonista nesse movimento dentro dos assentamentos e acampamentos, debatendo as diversas experiências educacionais que ocorriam em áreas rurais.

Em 1997, ocorreu em Brasília/DF, o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – (ENERA) organizado pelo MST. O encontro tinha por objetivo avaliar o trabalho do departamento de educação do MST e discutir sobre questões relacionadas a temática da educação em áreas rurais brasileiros. No item 10 do documento, os educadores afirmam essa posição: *Para participar desta nova escola, nós, educadores e educadoras, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.* (MST, 1997)

A maioria dos presentes no encontro se caracterizava como educadores assentados e acampados, além de representantes universitários. Vale ressaltar que os participantes no encontro, em torno de 700 pessoas, eram educadores assentados que conheciam e viviam a realidade do campo naquele momento. Para Caldart (2003), esse foi um grande avanço, pois a participação popular nos debates e construção de ideias influenciariam as políticas públicas nesse país. Nesse encontro surgiu um grande movimento nacional intitulado “Por uma Educação do Campo”.

Em 16 de abril de 1998, foi criado o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), por meio da Portaria nº.10/98. Para Molina (2003) é inegável a relevância do ENERA para a constituição de uma das primeiras políticas públicas de Educação do Campo, o PRONERA. As primeiras ações desse programa priorizaram a alfabetização de jovens de adultos em virtude do alto índice de analfabetismo e baixos níveis de escolarização dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária (Bicalho, 2018).

No primeiro censo da Reforma Agrária realizado no Brasil em 1996, revelou o cenário da educação nos assentamentos, onde 39,4% dos assentados se autodeclarava analfabeta ou com alfabetização incompleta. Molina (2003) destaca que um contexto de altos níveis de analfabetismo e baixos índices de escolarização no campo, o MST conclamava a participação

das universidades a assumirem um projeto de âmbito nacional para Educação de Jovens e Adultos nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária.

Se o movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deve ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta para poderem continuar existindo enquanto camponeses; para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas a partir do trabalho na terra, é imprescindível que a formação dos educadores que estão sendo preparados para atuar nestas escolas, considere, antes de tudo, que a existência e permanência (tanto destas escolas, quanto destes sujeitos) passa, necessariamente, pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes; do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira. (Molina, 2014, p. 17).

A construção do PRONERA foi participativa e coletiva, os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o INCRA, as instituições de ensino públicas e sem fins lucrativos, juntamente com governos estaduais e municipais assumiram e dividiram a responsabilidade na elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos. (Brasil, 2004). Como forma de melhorar os índices educacionais no campo para jovens e adultos trabalhadores rurais, o seu objetivo geral era:

Fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária estimulando, propondo, criando e desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para as especificidades do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (Brasil, 2004, p. 17).

O PRONERA tinha como objetivos específicos:

- Garantir a alfabetização e a educação fundamental de jovens e adultos acampados e/ou assentados nas áreas de reforma agrária;
- Garantir a escolaridade e a formação de educadores para atuar na promoção da educação nas áreas de reforma agrária;
- Garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores de jovens e adultos (EJA) e do ensino fundamental e médio nas áreas de reforma agrária;
- Garantir aos assentados escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento;
- Organizar, produzir e editar materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa;
- Promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação no Campo. (Brasil, 2004, p. 17).

O público alvo do PRONERA são jovens e adultos que vivem em assentamentos criados pelo INCRA, e/ou em parcerias com órgãos estaduais de terra, e valoriza a cultura e os saberes do aluno do campo, pois oferece variados projetos de ensino e modalidades como:

Educação de Jovens e Adultos; Formação Continuada de Professores; Formação Profissional de Nível Técnico e Formação Profissional de Nível Superior (BRASIL, 2004).

Em 1998, a organização e articulação de diversas instituições e movimentos sociais que formaram o “Movimento Nacional por Uma Educação do Campo”, realizou a I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica no Campo, na cidade de Luziânia/GO. Essa conferência teve por finalidade assumir uma posição dentro do contexto da educação brasileira, articulando as lutas pelo território e a luta pela educação. Como afirma Caldart (2012, p. 29):

... na história do Brasil, toda vez que houve uma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além, de não conhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

Os movimentos sociais demarcaram uma posição nesta conferência. Para, Miguel Arroyo (2004, p.28) esse momento teve como foco principal “ajudar a recolocar o rural, e a educação a que ela se vincula, na agenda política do país”, no intuito de garantir a educação para os povos do campo e nesse contexto se relaciona o direito pela terra, a saúde, e a moradia. Uma importante posição nessa conferência foi a busca da quebra de paradigma de que o campo é um lugar atrasado, arcaico, que é preciso superar a escola do contexto rural com péssima infraestrutura, com profissionais desqualificados e vários analfabetos.

A I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica no Campo defendeu uma educação que respeite as particularidades e especificidades no seu contexto político, econômico, cultural e social do território rural com conteúdo e metodologias específicas para a Educação do Campo. Os debates promovidos nessa conferência discutiam o acesso e as condições de escolarização, bem como a parte da organização didático-pedagógica das escolas do campo. Esse novo olhar crítico que considera a escola do campo como espaço de formação e de organização do ensino. Para Kolling, Nery e Molina (1999, p. 93-94): *A educação do campo, a partir de práticas e estudos científicos, deve aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura, e a identidade dos povos do campo; tempos, ciclos da natureza, mística da terra, valorização do trabalho, festas populares e etc.*

Posteriormente a Conferência se constituiu na “Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, entidade supra organizacional, com sede em Brasília e que tinha por objetivo construir políticas públicas para as demandas educacionais do campo vinculadas

ao desenvolvimento humano. Segundo Molina (2003, p.66) essa “Articulação tem forçado não só a uma ampliação da própria concepção do direito à educação, quanto uma amplitude do que, além de direito, se converta num dever do Estado”.

As primeiras ações dessa “Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, resultaram na publicação da Coleção de Cadernos da Educação do Campo, textos esses que são utilizados nos encontros estaduais e regionais, além dos cursos de formação de educadores do campo (Molina, 2003).

Outras conquistas resultaram na aprovação da Resolução CNE/CEB N°01, de 03 de abril de 2002 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação de Educação) Brasil 2001; 2002. Este documento trouxe responsabilidades a todos os órgãos da educação de nível federal a municipal quando descreve e garante o acesso a educação básica e de nível técnico as populações do campo, conforme Art. 6º:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico (Brasil, 2002).

Este importante documento veio trazer diretrizes básicas a serem observadas nas escolas do campo, afirmando que o poder público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico, segundo o Art. 4º da referida resolução:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (Brasil, 2002).

O documento norteia a política de Educação do Campo reafirmando e respeitando a identidade do homem do campo, seus saberes, sua cultura e considerando a importância dos movimentos sociais nessa (re)construção. Isso é verificado na autonomia das escolas do campo em relação à proposta pedagógica quando considera as diversidades sociais, regionais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Nesse contexto plural estabelece a

autonomia na organização do calendário escolar, pois contempla as questões climáticas de cada região, assegurando que a escola do campo deve ter uma gestão democrática, como verificado no Art. 10:

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (Brasil, 2002).

Caldart (2012) relata as discussões de mudança da expressão “Educação Básica do Campo” para “Educação do Campo”. Ocorrida durante a construção desses documentos, a Resolução 2/2008 descreve as populações alcançadas pela Educação do Campo:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (Brasil, 2008c, p. 1).

Nesse conjunto de ações e conquistas foi criado em 2003, no Ministério da Educação (MEC) um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, com a participação de representantes de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores do campo. Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – (SECAD) e nessa estrutura foi desenvolvida a Coordenação Geral da Educação do Campo. No âmbito da SECAD foram desenvolvidos programas, projetos e ações com vistas ao fortalecimento da Educação do Campo, tais como:

Programa de Apoio a Formação Superior: Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO: Com vistas à formação de educadores para atuar na docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais, é implementado o curso de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior (BICALHO, 2028). Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo objetivam formar educadores que atuam na docência, na gestão de processos educativos escolares e comunitários. De acordo com Molina (2015) o PROCAMPO é uma política de formação de educadores que foi conquistada pelas demandas apresentadas ao Estado Brasileiro pelo Movimento de Educação do Campo.

A organização curricular dessa graduação prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares), ofertadas em regime de Alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo. Esta metodologia de oferta intenciona também evitar que o ingresso de jovens e adultos na Educação Superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício nas Escolas do Campo (Molina & Sá, 2011, p. 15).

Molina (2015) destaca que a luta pela formação dos educadores que atuam no campo se consolidou com uma das prioridades do Movimento, ao término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, que tinha como lema “Por Um Sistema Público de Educação do Campo”. De acordo com Molina (2014, p. 77):

Os movimentos demandam e logram nesse período a conquista de um processo de elaboração bastante articulado com suas representações. Após os encontros específicos do GT, para dar forma ao primeiro desenho da política de formação de educadores do campo, foram realizadas também com suas representações alguns encontros em que submeteu-se ao debate a proposta elaborada, para chegar-se à versão a ser apresentada às várias instâncias do MEC responsáveis pela implementação do Programa, que finalmente aprovou o desenho das Licenciaturas em Educação do Campo.

Através das reivindicações dos movimentos sociais, o PROCAMPO foi iniciado com uma experiência piloto, onde o Ministério da Educação convidou quatro instituições universitárias: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), essas universidades foram indicadas pelos movimentos sociais por já terem uma ligação a Educação do Campo (Molina, 2015).

Em 2008 e 2009 o MEC lançou editais convidando novas instituições a implantarem a oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade concorrência, 32 universidades passaram a ofertar o curso. Para Molina (2015) essa ação garantia a oferta de apenas uma turma, considerando a enorme carência de educadores com formação para atuar nas escolas do campo, a demanda necessariamente não seria atendida. Mais uma vez os movimentos sociais reivindicam que essa Política pública de formação voltada aos educadores do campo deveria ser permanente. Molina (2015, p. 82) assim destaca:

Por mais que os docentes que atuam nas Licenciaturas em Educação do Campo se comprometam com a promoção de uma educação crítica e emancipatória, é a vinculação concreta com as lutas sociais e coletivas, que, de fato, promoverão uma formação

diferenciada aos educadores que dela participam. Só o debate teórico sobre as lutas não forma os lutadores do povo. É a inserção concreta nas lutas pela terra; pela manutenção dos territórios; pelo não fechamento e pela construção de novas escolas; pela não invasão do agronegócio nos assentamentos; pelo acesso à água; pela promoção de práticas agroecológicas e pela garantia da soberania alimentar, enfim, por tantos e tão relevantes desafios concretos que enfrentam os camponeses, que, podem, verdadeiramente, dar sentido à concepção e ao perfil de educadores do campo, dignos deste nome, para o qual foi concebida a proposta de formação das Licenciaturas em Educação do Campo.

Programa Escola Ativa: Programa voltado para qualidade de ensino em classes multisseriadas nas escolas do campo. Tem como foco a implantação de recursos pedagógicos nas escolas para estimular a construção do conhecimento e na capacitação dos professores.

ProJovem Campo – Saberes da Terra: Oferta de qualificação técnica profissional e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Ainda em 2004, ocorreu entre os dias 02 a 06 de agosto a II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo na cidade de Luziânia/GO, reunindo cerca de mil participantes. A conferência teve como lema: “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!” e o documento final foi assinado por 32 entidadesⁱⁱ e descreveu a trajetória da luta pela Educação do Campo entre a primeira e segunda conferência.

Segundo o documento final da II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo (2004, p. 2) a luta dos movimentos sociais tem como principal objetivo lutar pela “reafirmção de um campo visto como espaço de vida e por políticas específicas para a população do campesinato”. Este documento final que procura expor a superação do paradigma da exclusão e desigualdade que as populações do campo enfrentam, e para isso justificam as condições encontradas no campo, como também as bandeiras de lutas articuladas por um projeto popular de país.

Projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao Agronegócio. ... Lutamos por um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação desempenhe um papel estratégico no processo de sua construção e implementação (Declaração Final da II Conferência de Educação do Campo, 2004, p. 2).

Entre os dias 19 a 21 de setembro de 2005, foi realizado o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, organizado pelo Ministério e Desenvolvimento Agrário,

através do PRONERA. O evento reuniu pesquisadores e movimentos sociais que debateram o desenvolvimento da Educação do Campo no país (BICALHO, 2016). Caldart (2012) destaca que de 2004 até mais recentemente, a Educação do Campo se sustenta na tríade: campo, educação e políticas públicas. Afirmar que tivemos avanços com relação as políticas, práticas e programas educacionais no campo, sobretudo pelo enfrentamento constante contra as políticas neoliberais na educação e na agricultura.

É importante ter presente que está em questão na Educação do Campo, pensada na tríade Campo – Política Pública – Educação e desde seus vínculos sociais de origem, uma política de educação da classe trabalhadora do campo, para a construção de um projeto de campo, de país e que pelas circunstâncias sociais objetivas de hoje, implica na formação dos trabalhadores para lutas anti-capitalistas, necessárias a sua própria sobrevivência: como classe, mas também como humanidade. Formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar/construir esta política: os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação (Caldart, 2008, p. 72).

Nessa linha história, Salomão Hage (2013) destaca outra conquista importante protagonizada pelos movimentos sociais e sindicais do campo, a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) em agosto de 2010. O FONEC se organiza no sentido de retomar as discussões com os movimentos sociais, organizações sociais e instituições federais de ensino.

Para Caldart (2012), o FONEC posicionou-se contra o fechamento e pela construção de novas escolas, contrapondo-se ao agronegócio e combatendo a criminalização dos movimentos sociais. Uma vitória concretizada nesse momento, foi a aprovação do Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, documento este que regularizou o PRONERA. Segundo Salomão Hage (2013), o decreto contribuiu para o fortalecimento e consolidação da educação campestre, pois define no seu artigo 1º que “a política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo” (BRASIL, 2010b). O período de grandes conquistas é retratado como:

...]é possível afirmar que ocupamos um “vácuo” de transição de modelos (ajustes no modelo macro-econômico brasileiro, capitalista, neoliberal): entre a crise do latifúndio e a emergência do agronegócio os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária ganharam ímpeto, conquistamos o Pronera e constituímos a Educação do Campo. A nova fase na política do capital para a agricultura, que iniciou com mais força a partir de 1999, abrindo um novo ciclo, gerou uma nova aliança das classes dominantes e um novo lugar para o campo no projeto de capitalismo brasileiro, fase que está nesse momento em plena vigência e força (FONEC, 2012, p. 5).

Em 2012, ocorreu o Seminário Nacional de Educação do Campo realizado entre os dias 15 a 17 de agosto em Brasília – DF. A temática do evento abordou os desafios para a Educação do Campo e os projetos de desenvolvimento em confronto, além do lançamento do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

O PRONACAMPO é uma extensão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATECⁱⁱⁱ) e tinha como ações o acesso e a permanência na escola, como também a aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, o programa está estruturado em quatro eixos: Gestão e Prática Pedagógica, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

A luta pela Educação do Campo na Amazônia Paraense

A Amazônia Paraense é um território rico em sua diversidade étnica, cultural e sócio-territorial. Um território marcado pela forte presença de ribeirinhos, pescadores, assentados, quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, comunidades indígenas, colonos, entre outros. O Pará é um estado com muitos assentamentos, com presença marcante do MST, a luta pela Educação do Campo na Amazônia Paraense acompanhou as ações articuladas em território nacional, caracterizado pela presença dos movimentos sociais, os quais tem se organizado em defesa do direito à terra e a educação.

Um marco importante dessa luta no Pará foi a criação do Movimento Paraense de Educação do Campo em novembro de 2003 no Encontro Estadual de Educação do Campo na antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Após o primeiro encontro, em fevereiro de 2004, foi realizado o I Seminário de Educação do Campo na Universidade Federal da Amazônia (UFRA), onde foi criado o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC). Hage (2012, p. 3) destaca que esse fórum tinha como missão a mobilização dos movimentos sociais, organização das instituições que davam suporte e a construção coletiva da arquitetura e a dinâmica da articulação da rede.

O FPEC é, portanto, a expressão mais significativa do Movimento Paraense por uma Educação do Campo, no processo de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento, de sociedade e de educação. Ele aglutina entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense, que, compartilhando princípios, valores e concepções político pedagógicas, buscam defender, implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade sócio-ambiental para todos/as os/as

cidadãos/ãs paraenses, sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores.

Atualmente o Movimento Paraense de Educação do Campo é composto pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), Programa Educação Cidadã/PRONERA, Federação do Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST, reúne entre outros movimentos sociais, entidades governamentais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, além da sociedade civil.

No ano seguinte, em julho de 2005 foi realizado o II Seminário Estadual de Educação do Campo, tendo início o Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense e que se estendeu até 2008. Durante o período, o Programa qualificou cerca de 760 jovens agricultores familiares entre 15 e 29 anos, com ensino fundamental e qualificação profissional em 15 municípios Paraenses^{iv}.

Nas ações de articulação, em 2007 o Movimento Paraense de Educação do Campo lançou na internet o Portal da Educação do Campo no Pará^v, uma plataforma virtual como instrumentos da política de comunicação no qual tem por finalidade socializar a produção de conhecimento na região, além de trazer notícias e informações sobre a Educação do Campo no Pará. Ainda em 2007, no mês de junho foi realizado III Seminário Estadual de Educação do Campo e o I Seminário Estadual da Juventude do Campo.

Nos anos seguintes são realizados o I e II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará, ambos aconteceram na Universidade Federal do Pará (UFPA). O I Encontro ocorreu nos dias 28 e 29 de maio de 2008 e abordou a temática “Educação do Campo e pesquisas na Amazônia: mudando paradigmas e afirmando direitos”. O II Encontro aconteceu nos dias 06 e 07 de maio de 2010 com a presença de aproximadamente 500 pessoas.

Em 2012 foram realizados o I Seminário de Licenciatura em Educação do Campo do Pará e Amapá e o III Encontro Estadual de Pesquisa em Educação do Campo. Aconteceram em 2013 a realização de audiências públicas sobre o Ensino Médio no Campo, PROCAMPO e PRONACAMPO. No crescimento do debate pelos direitos a educação dos povos do campo na Amazônia Paraense com a realização de congressos, seminários regionais e encontros, Arroyo (2007, p. 162) destaca a importância da luta articulada dos movimentos sociais:

Os movimentos sociais como coletivos de interesses organizados colocam suas lutas no campo dos direitos, não apenas de sua universalização, mas também de sua redefinição. Concretizam, historicizam e universalizam direitos que, sob uma capa de universalidade, não reconhecem a diversidade, excluem ou representam interesses locais, particulares, de um protótipo de ser humano, de cidadão ou de sujeitos de direitos. Os movimentos sociais não apenas reivindicam ser beneficiários de direitos, mas ser sujeitos, agentes históricos da construção dos direitos. Estamos em um tempo propício à reconstrução dos direitos.

A Educação no campo no sudeste paraense: desafios, contradições e lutas pela garantia do direito a educação

A Educação do Campo no Brasil é fruto de um longo processo histórico de resistência, marcado pela luta dos trabalhadores rurais, camponeses, assentados e povos tradicionais pela conquista da terra e pela afirmação de um projeto de sociedade que reconheça o campo como espaço de produção da vida, da cultura e do conhecimento. Desde a década de 1990, com a consolidação dos movimentos sociais e sindicais rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as organizações vinculadas à Via Campesina, emergem as bases políticas e pedagógicas que sustentam a concepção de uma educação que respeite as especificidades socioculturais, econômicas e territoriais das populações do campo (Caldart, 2004; Arroyo & Fernandes, 2019).

No contexto amazônico, e em especial no estado do Pará, a realidade da Educação do Campo revela-se complexa e desafiadora, atravessada por desigualdades históricas e estruturais. O sudeste paraense, região marcada por intensos conflitos agrários, expansão da fronteira agrícola e concentração fundiária, constitui um dos territórios onde essas contradições se expressam de forma mais evidente. A luta pela terra e pela educação estão profundamente entrelaçadas nesse cenário, sendo as escolas do campo não apenas espaços de formação escolar, mas também de resistência e afirmação identitária das comunidades rurais e assentadas.

De acordo com dados do Censo Escolar (MEC/INEP, 2019), em boa parte dos municípios do sudeste paraense as matrículas em áreas rurais são predominantes em relação às áreas urbanas, superando significativamente a média nacional, que é de aproximadamente 13%. Nessa região, há 2.291 estabelecimentos de ensino, dos quais 1.404 estão situados em áreas rurais. Dentre esses, 412 escolas localizam-se em assentamentos rurais, o que representa cerca de 39% do total. Esses números evidenciam a centralidade da escola do campo para a garantia do direito à educação e a permanência das famílias no território.

A população assentada no sudeste paraense ultrapassa 72 mil famílias, conforme dados do Painel de Assentamentos do INCRA (2017). Estima-se que existam mais de 98 mil matrículas na educação básica em áreas rurais, das quais cerca de 22% correspondem a estudantes matriculados em escolas situadas em assentamentos. Municípios como Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu e Conceição do Araguaia destacam-se por concentrar elevados índices de matrículas na Educação do Campo, sendo Santa Maria das Barreiras o município com maior número de famílias assentadas, chegando a concentrar mais de 81% das matrículas em escolas rurais.

Apesar da expressiva presença de escolas no campo, os desafios estruturais permanecem. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do sudeste paraense aponta que grande parte das escolas localizadas em áreas rurais e assentamentos funcionam em condições precárias, muitas vezes em estruturas improvisadas, com carência de recursos pedagógicos e predominância de turmas multisseriadas. Essa realidade reflete o histórico descaso das políticas públicas em relação à educação rural, reproduzindo desigualdades e limitando as possibilidades de uma formação integral e contextualizada para os sujeitos do campo.

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade essencial para atender trabalhadores e trabalhadoras rurais que não tiveram acesso à escolarização na idade regular, apenas 51 escolas (12,37% do total) ofertam essa modalidade nos territórios rurais do sudeste do Pará. Já a Educação Profissional no Campo, fundamental para o fortalecimento da produção agrícola familiar e para a autonomia socioeconômica das comunidades, está presente em apenas duas instituições: a Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Santa Maria das Barreiras e o Instituto Federal do Pará – Campus Rural de Marabá. Essa limitação revela o caráter excludente de um modelo educacional ainda distante das necessidades concretas da realidade camponesa.

A análise da Educação do Campo na região deve considerar, portanto, o contexto socioeconômico e político da Amazônia oriental, onde os conflitos fundiários, a grilagem de terras, o avanço do agronegócio e os processos de degradação ambiental impactam diretamente a vida das populações rurais. A presença de 514 projetos de assentamento da reforma agrária (INCRA, 2017) é expressão de um processo histórico de luta e resistência que, embora tenha garantido a posse da terra a milhares de famílias, ainda enfrenta entraves para a consolidação de políticas públicas que assegurem infraestrutura, transporte escolar, formação de professores e currículos contextualizados. Para compreender esse movimento da

realidade concreta, sistematizamos os principais marcos da educação do campo no sudeste paraense, conforme quadro a seguir:

Quadro 1. Marcos da luta pela terra e pela educação do/no campo no Sudeste Paraense, 1987-2017

MARCO	ANO
Criação de 06 Projeto de Assentamento (PA), sendo o primeiro oficialmente no sudeste paraense no município de São João do Araguaia, PA Araras.	1987
Criação do Centro Agro Ambiental do Tocantins (CAT)	1988
Criação de 17 PA de reforma agrária	1988
Criação do PA Boca Cardoso em Eldorado dos Carajás	1989
Criação de 06 PA de reforma agrária	1991
Criação de 10 PA de reforma agrária	1992
Criação de 9 PA de reforma agrária	1993
Criação do PA Apertar da Hora em Conceição do Araguaia	1994
Criação de 14 PA de reforma agrária	1995
Criação de 24 PA de reforma agrária	1996
Massacre de Eldorado dos Carajás, assassinato de 19 trabalhadores rurais sem-terra	1996
Criação da Escola Família Agrícola de Marabá	1996
Criação de 32 PA de reforma agrária	1997
Criação de 56 PA de reforma agrária	1998
Início da Licenciatura em Ciências Agrárias na UFPA	1999
Criação de 92 PA de reforma agrária	1999
Projeto de Educação de Jovens e Adultos para Alfabetização de Agricultores (PRONERA parceria INCRA/UFPA/MST/FETAGRI)	1999-2001
Projeto de Escolarização de Monitores para Elevação de Escolaridade 5ª a 8ª séries (PRONERA- parceria INCRA/UFPA/MST/FETAGRI)	1999-2001
Criação de 79 PA de reforma agrária	2000
Projeto de Formação de Professores com Curso de Ensino Médio Magistério (PRONERA parceria INCRA/UFPA/MST/FETAGRI)	2001-2004
I Conferência Regional de Educação do Campo	2001
Reconhecimento por parte do MEC da primeira escola dentro de uma área de acampamento – Escola Marighela	2001
Criação de 43 PA de reforma agrária	2001
Criação de 16 PA de reforma agrária	2002
Criação de 35 PA de reforma agrária	2003
Projeto de Educação de Jovens e Adultos para Elevação de Escolaridade Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EFA)	2003-2006
Projeto de formação de Ensino Médio Técnico-Profissional em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia, com duas turmas (PRONERA- EFA)	2003-2007 e 2005-2009
Criação de 21 PA de reforma agrária	2004

Projeto de Curso de Graduação em Agronomia (PRONERA-parceria INCRA/UFPA/MST)	2004-2008
Projeto Saberes da Terra (UFPA/IFPA/MUNICÍPIO/ESTADO)	2005
Criação do Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará	2005
II Conferência Regional da Educação do Campo	2005
Criação de 53 PA de reforma agrária	2005
Projeto de Curso de Graduação em Pedagogia do Campo (PRONERA-parceria INCRA/UFPA/FETAGRI)	2005-2011
Projeto de Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo - Residência Agrária (PRONERA- parceria INCRA/UFPA/MST)	2005-2007, 2011-2012, 2013-2015
Criação de 23 PA de reforma agrária	2006
Criação de 08 PA de reforma agrária	2007
III Conferência Regional de Educação do Campo	2007
Criação do PA 26 de Março em Marabá	2008
Criação do IFPA- <i>Campus</i> Rural de Marabá	2008
Criação de 11 PA de reforma agrária	2009
IV Conferência Regional de Educação do Campo	2009
Criação do Curso Regular de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA	2009
Projeto PROCAMPO- Licenciatura em Educação do Campo- IFPA/CRMB	2009-2014
Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia- “Sabres da Terra” (UFPA/SEMED/FREC)	2009
Criação de 06 PA de reforma agrária	2010
V Conferência Regional de Educação do Campo	2011
Criação do curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio para Populações Indígenas- IFPA-CRMB	2011
Criação de 04 PA de reforma agrária	2011
Criação do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) – UFPA <i>Campus</i> Marabá	2012
Criação de 04 PA de reforma agrária	2012
Criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2013
Criação de 05 PA de reforma agrária	2013
Reativação da Escola Família Agrícola de Marabá	2014
Criação de 03 PA de reforma agrária	2014
Criação dos Polos do IFPA- <i>Campus</i> Rural de Marabá	2015
Criação de 07 PA de reforma agrária	2015
Criação de 06 PA de reforma agrária	2016
Projeto de Curso de Graduação em Direito (PRONERA- parceria INCRA/UNIFEPPA/MST)	2016
Criação do curso regular da Licenciatura em Educação do Campo e do Curso Tecnólogo em Agroecologia do IFPA- <i>Campus</i> Rural de Marabá	2017

Fonte: Paineis de Assentamentos/INCRA (1987-2017) e Gomes (2021). Sistematização: O autor

Assim, compreender a Educação do Campo no sudeste paraense implica reconhecer que educar no campo é um ato político. É afirmar um projeto de educação comprometido com a transformação social, com o fortalecimento da agricultura familiar, com a soberania alimentar e com o respeito às múltiplas identidades que compõem o espaço rural amazônico. A luta pela terra, que marcou as décadas de 1980 e 1990, deu origem a uma nova pauta de reivindicação: a luta pela permanência e dignidade no campo, o que inclui o direito a uma educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

Portanto, o cenário atual da Educação do Campo no sudeste paraense revela tanto avanços significativos como o aumento de matrículas, a presença de escolas em assentamentos e o fortalecimento de experiências educativas vinculadas aos movimentos sociais quanto persistentes desafios estruturais e políticos, que exigem do Estado e da sociedade civil o compromisso contínuo com a efetivação do direito à educação como instrumento de emancipação humana e desenvolvimento territorial sustentável.

Considerações finais

A construção da identidade da Educação do Campo na Amazônia Paraense, perpassa pela participação dos movimentos sociais na execução dessas atividades. Os movimentos sociais juntamente com as universidades vão modificando e (re)construindo seus próprios modos de ser, de (re)configurar para agir nos espaços de suas atuações. A ampliação de discussões e debates enriquecem e fortalecem o ensino, a pesquisa e a extensão na inclusão das problemáticas e desafios que enfrentam as populações do campo (re)colocando na agenda do poder público e da sociedade.

Dentro dessa lógica, recorreremos ao pensamento de Adorno, que caracteriza que a função da educação deve evitar a barbárie e buscar a emancipação humana. Em tempos temerosos de risco de percas dos direitos conquistados pelos povos do campo é necessário a busca de uma educação que nos humanize, e impeça a volta da barbárie. Para tanto é necessário marcar posição nesse território no campo das lutas e dos direitos fundamentais do ser humano.

Suspeito que a barbárie existe em toda a parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista, portanto, a identificação com a erupção da violência física. Por outro lado, em

circunstâncias em que a violência conduz inclusive a situações bem constrangedoras em contextos transparentes para a geração de condições humanas mais dignas, a violência não pode sem mais nem menos ser condenada como barbárie (Adorno, 1995, p. 159-160).

Fica claro que essa posição é pela preservação das conquistas conseguidas no passado, que as ricas história dos movimentos sociais possam ser o alicerce e a esperança das futuras gerações. A luta é construída por sujeitos, pelos movimentos sociais, instituições públicas, entre outros que vão (re)construindo a história da Educação do Campo e ao mesmo tempo se assumindo ao que Adorno (1995, p.46), afirma: “No fundo dependerá do modo pelo qual o passado será referido no presente; se permanecemos no simples remorso ou se resistimos ao horror...”

Referências

Adorno, T. W. (1995). *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.

Arroyo, M. et al. (Org.). (2004). *Por uma Educação do Campo*. São Paulo: Editora Vozes.

Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (2019). A educação básica e o movimento social do campo. In Molina, M. C., Jesus, S. M. S. (Orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo* (pp. 43-69). Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”/PRONERA.

Bicalho, R. (2017a). A concepção de educação do campo no contexto do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST). *INTER-AÇÃO (UFG. ONLINE)*, 42(2), 297-310. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i2.46007>.

Bicalho, R. (2017b). História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, 18(51), 210-224.

Bicalho, R. (2018a). Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação. *Revista Pedagógica (UNOCHAPECÓ. Impresso)*, 20, 81-100.

Bicalho, R. (2018b). Reflexões sobre o PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. *ECCOS – Revista Científica*, 45, 221-236.

Bicalho, R., & Silva, M. A. (2016). Políticas públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. *Revista Eletrônica de Educação*, 10(2), 135-144.

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Brasil. (2020). Ministério da Educação. *Censo Escolar da Educação Básica 2019: notas estatísticas*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 24 out. 2025.

Brasil. (2008). Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008*. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Recuperado de: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Brasil. (2002). Ministério da Educação. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Brasília: MEC/CNE, 2002.

Brasil. (2019). Ministério da Educação. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense*. Brasília: MEC/SDR.

Brasil. (2004). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília: MEC/SECAD.

Calazans, M. J. C. (1993). Para compreender a educação do estado no meio rural. In Damasceno, M. N., & Therrien, J. (Orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus.

Caldart, R. S. (2012). A Educação do Campo. In CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 259-267). São Paulo: Expressão Popular.

Caldart, R. S. (2010). Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In Caldart, R. S. et al. (Org.). *Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fernandes, B. M. (2001). Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Cultura Vozes*, 93(2), 1-12.

Gomes, M. S. F. (2009). *A construção da organicidade no MST: a experiência do assentamento 26 de Março – PA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

Gomes, M. S. F. (2021). *Território camponês no Sudeste do Pará: a construção da educação do campo* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Hage, S. A. M. (2012). Classes multisseriadas: desafios da educação rural no estado do Pará/região amazônica. In Hage, S. (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará* (pp. 44-60). Belém: Gráfica e Editora Gutenberg.

Ianni, O. (1979). *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Painel de Assentamentos: dados sobre os assentamentos rurais do Brasil. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br>. Acesso em: 24 out. 2025.

Kolling, E. J., Néry, I., & Molina, M. C. (1999). *Por uma educação básica do campo* (Memória). Brasília: Fundação Universidade de Brasília.

Leite, S. C. (1999). *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 70).

MEC/INEP. (2020). *Educação do Campo: dados e indicadores do Censo Escolar 2019*. Brasília: Ministério da Educação.

Molina, M. C. (2003). *A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

Molina, M. C. (2014). Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. In Souza, J.V., & et al. (Orgs.). *O método dialético na pesquisa em educação* (pp. 263-290). Campinas, SP: Autores Associados.

Molina, M. C. (2015). Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, 55, 145-166.

Molina, M. C., & Sá, L. M. (2011). A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: estratégias político-pedagógicas na formação de educadores do campo. In UFMG; UnB; UFS; UFBA (Orgs.). *Licenciaturas em Educação do Campo – Registros e reflexões a partir das experiências piloto* (pp. 35-64). Belo Horizonte: Autêntica.

Molina, M. C., & Jesus, S. M. S. (Orgs.). *Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: MEC/SECAD.

Rauen, F. J. (2006). *Projetos de Pesquisa*. Rio do Sul: Nova Era.

Santos, C. F., Paludo, C., & Bastos, R. (2010). Concepções de Educação do Campo. In Taffarel, C. N. Z. (Org.). *Cadernos Didáticos sobre a Educação do Campo*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Souza, M. S., & Marcoccia, P. C. P. (2011). Educação do Campo, escolas, ruralidades e o projeto do PNE. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, 20, 191-204.

ⁱ Movimento este inspirado na Escola Nova, que teve como principal idealizador Dewey. No Brasil, seus principais representantes foram Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

ⁱⁱCNBB, MST, UNICEF, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Sindicato Nacional dos Trabalhadores Federais de Educação (SINASEFE), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Comissão de

Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Secretariade Estado de Administração e da Previdência do Estado do Paraná (SEAP-PR), Ministério do Meio Ambiente (MMA),Ministério da Cultura (MinC), Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), Conselho Nacional de Secretários de Educação(CONSED), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), ConselhoIndigenista Missionário (CIMI), Movimento de Educação de Base (MEB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Cáritas, Centre de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Rede deEducação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Instituto Regional da PequenaAgropecuária Apropriada (IRPAA), Caatinga, Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR SUL-NORTE).

ⁱⁱⁱ Criado pela Lei 12.513, em 26 de dezembro de 2011, este programa tinha como ações a ampliação da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica Brasileira. Tinha como meta qualificar oito milhões de brasileiros até 2014, criação de mais de 200 novas escolas técnicas federais, intensificando a expansão e interiorização da rede federal de educação profissional e tecnológica e investimento de um bilhão de reais.

^{iv}Os municípios contemplados pelo projeto Saberes da Terra da Amazônia Paraenses foram: Juruti, Concórdia do Pará, Ipixuna do Pará, Santa Luzia, Paragominas, Viseu, Breves, Portel, São Sebastião da Boa Vista, Igarapé-Mirim, Moju, Marabá, Xinguara, Medicilândia e Uruará

^v<http://www.educampoparaense.com.br/>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 22/01/2025
Aprovado em: 08/10/2025
Publicado em: 23/12/2025

Received on January 22th, 2025
Accepted on October 08th, 2025
Published on December, 23th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, L. F., & Bicalho, R. (2025). Trajetória das políticas públicas por uma Educação do Campo: breve histórico dos avanços na Amazônia Paraense. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19579.